

MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

CONVÊNIOS

APRESENTAÇÃO

O presente Manual de Prestação de Contas de Convênios/Fomentos tem por finalidade estabelecer e ordenar os procedimentos a serem seguidos, por Entes Convenientes, ante as responsabilidades assumidas quando da celebração dos instrumentos de convênios/fomentos, mediante os quais adquirem as condições preconizadas pela legislação para receber as transferências financeiras previstas em cada caso.

Todo município, órgão ou entidade que receber recursos públicos estaduais por meio de convênios ou fomentos estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação dos recursos no prazo máximo estipulado no termo de celebração firmado, ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

O objetivo da prestação de contas é demonstrar a correta aplicação dos recursos transferidos. O ato de prestar contas não consiste apenas no preenchimento aleatório de formulários, mas sim, em se comprovar o nexo causal que existe entre o cumprimento do objeto do proponente com as despesas realizadas, de forma consistente e dentro dos princípios da administração pública aplicáveis aos recursos públicos.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS

- Aplicar o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, cumprindo fielmente o objeto pactuado.
- Observar na aquisição de produtos e na contratação de serviços com recursos do Estado os princípios da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da economicidade.
- Depositar os recursos recebidos em decorrência da parceria em conta bancária, a qual deverá ser isenta de tarifa bancária. Os recursos deverão ser mantidos nesta conta específica e somente poderão ser utilizados para o pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para a aplicação no mercado financeiro conforme previsto no termo firmado.

- Providenciar, imediatamente, a aplicação dos recursos (repasse e contrapartida) do convênio ou fomento em conta aplicação (poupança e/ou investimento) evitando, dessa forma, a responsabilidade pelo ressarcimento do que for apurado no período compreendido entre o depósito até a efetiva aplicação.

SOBRE APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

Os recursos do convênio/fomento deverão ser obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro para evitar a desvalorização do dinheiro transferido.

A não aplicação é considerada como prejuízo aos cofres públicos.

Os rendimentos dessas aplicações devem ser utilizados no objeto ajustado ou devolvidos ao concedente ao término do convênio.

Se a previsão do uso for superior a 30 dias: é indicado ser aplicado na Caderneta de Poupança;

Se a previsão do uso for inferior a 30 dias: é indicado que seja aplicado em Fundo de Aplicação Financeira de Curto Prazo, e Operação de Mercado Aberto Lastreada em Título da Dívida Pública

- Movimentar os recursos no âmbito da parceria por meio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária
- Realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, salvo quando demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, quando se poderá admitir a realização do pagamento em espécie.
- Cumprir o planejamento constante do cronograma de execução do Plano de Trabalho, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser efetuadas com a expressa anuência da Administração Pública.

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Se houver necessidade de alterar as ações relacionadas à execução do convênio/fomento, o proponente deve:

Formalizar proposta de alteração do convênio/fomento ou do plano de trabalho; Elaborar as justificativas devidas; e encaminhar a proposta com as justificativas ao concedente no prazo máximo estabelecido no termo de convênio. O simples envio da proposta de alteração para o concedente não autoriza a implementação das modificações solicitadas. A alteração do objeto do convênio/fomento só deve ocorrer em casos estritamente necessários, desde que não haja distorção nos objetivos inicialmente definidos.

Portanto, toda e qualquer alteração ao plano de trabalho somente pode ser efetivada após aprovação da Administração Pública.

Exemplos onde há que se solicitar aditivo/alteração:

- Caso o município/entidade quera alterar valores da contrapartida.
 - Para fazer uso dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro.
 - Alterar o objeto pactuado.
-
- Não utilizar os recursos recebidos da Administração Pública em finalidade diversa da estabelecida neste termo.
 - É vedado utilizar os recursos previstos em finalidades diversas das estabelecidas no Termo de Convênio/Fomento, ainda que em caráter de emergência.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANEXO I - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

Toda documentação que é enviada ao serviço público deve ser encaminhada por Ofício, que é o meio correto de comunicação.

É o documento oficial emitido pelo responsável legal do Município ou Entidade o qual comunica ao Titular da Secretaria de Estado de Relações Institucionais que está encaminhando a documentação pertinente à Prestação de Contas.

O ofício deverá ser encaminhado em papel timbrado do Conveniente e deverá relacionar os documentos juntados de acordo com o disposto no checklist da Prestação de Contas.

Obs.: Utilizar papel timbrado da conveniente

Anexo I – Modelo de Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas

Ofício nº/.....

Local/Data.

Excelentíssimo Senhor **ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR** Secretário de Estado de Relações Institucionais

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação, a Prestação de Contas, parcela(s)..... (número(s) ou única), dos recursos do Convênio nº/....., celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SERINT repassados pelo Estado de Goiás, e o Município de, composta dos seguintes documentos:

1 - *(relacionar os documentos juntados de acordo com o disposto na cláusula específica “Da Prestação de Contas” do respectivo Termo de Convênio).*

Coloco-me à disposição de V. Exa. para quaisquer informações adicionais.

Atenciosamente,

Assinatura e nome do responsável legal do Município

Obs.: Além da documentação acima relacionada, a conveniente poderá encaminhar outros documentos visando à complementação da prestação de contas.

ANEXO II - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

Documento em que o proponente descreve de forma detalhada, a aplicação dos recursos repassados e a sua destinação (objeto de convênio/fomento). Deverá conter:

- Ações programadas;
- Ações executadas, inclusive o montante de recursos aplicados;
- Alcance dos objetivos;
- Atividades ainda em fase de realização;
- Declaração de cumprimento do objeto.

Obs.: Utilizar papel timbrado da conveniente

Anexo II - Relatório de Cumprimento do Objeto CONVENIENTE ...

	CONVÊNIO (nº/ano) ...
--	-----------------------

Na qualidade de representante da Prefeitura Municipal de , venho indicar, na forma abaixo detalhada, a aplicação dos recursos repassados em pelo Estado, bem como os oriundos de contrapartida, na importância de R\$(.....), recursos estes destinados à(objeto de convênio).

Ações programadas:

Ações executadas, inclusive o montante de recursos aplicados:

Alcance dos objetivos:

Atividades ainda em fase de realização:

Declaração de cumprimento do objeto:

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prestação de contas, que o objeto firmado pelo Convênio nº.../... foi cumprido de acordo com o disposto no Projeto Básico e/ou no Plano de Trabalho e que a documentação anexada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados.

Data .../.../...

Assinatura e nome do responsável
legal do Município

ANEXO IV - RELATÓRIO DE RECEITA E DESPESA

Documento em que o proponente indica de forma detalhada, a Execução da Receita e da Despesa dos recursos repassados conforme a Execução Financeira, Relação de Pagamentos, Rendimento de Aplicação Financeira bem como a Movimentação Bancária e devolução de Taxas Cobradas Indevidamente na Conta do Convênio.

Obs: São exemplos de cobranças indevidas: Tarifa de Manutenção de Cadastro e Manutenção de Contas; Tarifa de TED, TEV e DOC; Bloqueios Judiciais, etc.

Anexo IV – Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa

CONVENIENTE ...	CONVÊNIO (nº/ano) ...
------------------------	------------------------------

RECEITAS:	
	Entradas / Histórico
	Valor (R\$)
a	Saldo bancário da conta aberta especificamente para o convênio em .../.../...
b	Repasse da concedente ref. Parcela ... (número ou única) em .../.../...
c	Depósito da contrapartida ref. Parcela ... (número ou única) em .../.../...
d	Rendimentos de aplicação financeira
e	Devolução pelo conveniente de despesas indevidas
f	Total dos recursos (a+b+c+d+e)

DESPESAS:	
	Saídas / Histórico
	Valor (R\$)
g	Despesas realizadas conforme relação de pagamentos
h	Despesas indevidas
i	Total dos pagamentos (g + h)
SALDO:	
	Histórico
	Valor (R\$)
j	Saldo (f – i)
k	Restituição à concedente, observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos pelo Estado com os recursos da contrapartida transferidos pela conveniente,% do saldo remanescente na conta do convênio.
L	Resgate de saldo pela conveniente, equivalente à ...% do saldo remanescente na conta do convênio.
m	Saldo bancário da conta convênio em .../.../... (j – k – l)

Data .../.../...

Assinatura e nome do responsável
legal do Município

ANEXO VI - RELAÇÃO DE BENS E CONSUMO

Documento em que o proponente indica de forma detalhada a Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos. Nesta relação deverá indicar apenas aqueles bens que, por sua natureza, aumentam o patrimônio. Se faz necessário a apresentação de cópia do CRLV do automóvel, quando for o caso.

Exemplo: Automóvel de Passeio; Caminhão de Lixo; Van ou Ônibus.

Obs.: Utilizar papel timbrado da conveniente

Anexo VI – Relação de Bens Adquiridos: Consumo e/ou Permanente

CONVENIENTE ...	CONVÊNIO (nº/ano) ...
------------------------	------------------------------

Documento Fiscal		Especificação dos Bens	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
N.º	Data				
TOTAL					
TOTAL ACUMULADO					

Data .../.../...

**Assinatura e nome do responsável
legal da Entidade ou do Município**

Instruções de preenchimento	Utilizar a codificação:
Especificação dos Bens	Indicar apenas aqueles bens que, pela sua natureza, aumentam o patrimônio
TOTAL	Indicar o valor total das despesas realizadas e listadas em cada folha (usar quantas folhas forem necessárias)
TOTAL ACUMULADO	A cada folha, preencher o total acumulado

ANEXO VIII - TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA DA OBRA

Documento em que o Conveniente atesta que as obras em epígrafe foram vistoriadas in loco pelo Responsável Técnico, com registro no CREA ou no CAU, e que as mesmas foram realizadas em consonância com o projeto executivo, memoriais, especificações técnicas e cronograma do convênio, além de atestar que as obras encontram-se com ___% concluídas, conforme o Termo de Medição, Planilha Orçamentária e Projetos Executivos em anexo.

Este documento será usado nos casos de construção, ampliação, reforma ou restauração de imóveis.

Obs.: Utilizar papel timbrado da conveniente

Anexo VIII – Termo de Aceitação Definitiva da Obra

CONVENIENTE ...	CONVÊNIO (nº/ano) ...
-----------------	-----------------------

Municipal de

Convênio nº .../....

Licitação: Modalidade:.....Tipo:..... Número:.....

Objeto (obra).....

Atesto que as obras em epígrafe foram por mim vistoriadas, in loco, e que foram realizadas em consonância com o projeto executivo, memoriais, especificações técnicas e cronograma do convênio supracitado. Atesto ainda que as obras encontram-se% concluídas, conforme Termo de Medição, Planilha Orçamentária e Projetos Executivos em anexo.

Data .../.../...

(assinatura)
nome e registro do responsável técnico no
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea)

Instruções de preenchimento:
O documento deverá ser emitido pelo responsável técnico pelo acompanhamento físico do objeto, nos casos que visar à realização de obras e serviços de engenharia. Caso ocorra a mudança do responsável técnico do convênio, enviar a nova portaria que o designe.

ANEXO IX - RELAÇÃO DE SERVIÇOS

Documento em que o Proponente indica de forma detalhada, a relação de serviços executados identificando o Documento Fiscal de acordo com a Relação de Pagamentos, bem como a Especificação de Serviços Executados, contendo a quantidade, o valor unitário do serviço e o valor total.

Observação: O preenchimento deste anexo refere-se apenas para casos em que o objeto do ajuste envolva serviços.

Obs.: Utilizar papel timbrado da convenente

Anexo IX – Relação de Serviços Executados

CONVENENTE ...	CONVÊNIO (nº/ano) ...
-----------------------	------------------------------

Documento Fiscal		Especificação dos Serviços	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
N.º	Data				
TOTAL					
TOTAL ACUMULADO					

Data .../.../...

**Assinatura e nome do responsável
legal do Município**

Instruções de preenchimento	Utilizar a codificação:
Especificação dos Bens	Indicar apenas aqueles serviços contratados
TOTAL	Indicar o valor total das despesas realizadas e listadas em cada folha (usar quantas folhas forem necessárias)
TOTAL ACUMULADO	A cada folha, preencher o total acumulado

OUTROS DOCUMENTOS

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DOS DOCUMENTOS

Declaração de que os documentos relativos às prestações de contas serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo determinado no termo firmado, contados da aprovação da prestação de contas.

CÓPIAS DE CONTRATOS COM TERCEIROS

Encaminhar cópia dos Contratos (quando houver) firmados com terceiros, no período de execução/vigência do Convênio/fomento, utilizando os recursos da parceria.

EXTRATOS BANCÁRIOS, NOTAS FISCAIS, COMPROVANTES DE TRANSFERÊNCIAS, RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E DEMAIS DOCUMENTOS FISCAIS COMPROBATÓRIOS.

Devem ser encaminhados em ordem cronológica, de forma nítida e/ou legível, de forma a que se comprove de maneira inequívoca a execução do item/ação constante no Plano de Trabalho, e, quando for o caso, para qual se faça necessária a identificação específica do objeto pactuado.

Os documentos fiscais devem ser devidamente atestados pelo Proponente, com as informações do ajuste firmado, exemplo: número do convênio ou do fomento.

Divulgar, nos moldes do art. 91, caput, da Lei Federal 14.133/2021, o instrumento de contrato e/ou seus aditamentos em sítio eletrônico oficial.

RELAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

Declaração de localização dos objetos adquiridos conforme o plano de trabalho.

**CLIQUE AQUI E BAIXE OS ARQUIVOS
EDITÁVEIS EM WORD**

ou acesse o link:

<https://goias.gov.br/institucional/convenios/>

SERINT
Secretaria de
Estado de Relações
Institucionais

